

Março, mês de lutas e vitórias contra as reformas

19/03/2017

*Por Milton Rezende



Foto: Roberto
Parizotti/Reprodução
CUT

As mobilizações ocorridas no mês de março marcam uma grande vitória das forças populares e democráticas que constroem a resistência contra o a agenda de retrocessos que vem sendo implementada pelo governo ilegítimo de Michel Temer. Os atos do dia internacional da mulher, no 8 de março, a paralisação dos professores e os grandes atos do dia 15 de março que tomaram as ruas em todo o país são uma demonstração de força do campo progressista e podem ficar marcados como um importante momento de vitória contra os setores que apoiaram o golpe e a agenda de retrocessos do governo ilegítimo.

A aliança entre as centrais sindicais e os movimentos sociais que atuam na Frente Brasil Popular e na Frente Povo sem Medo demonstrou força renovada na defesa do direito dos trabalhadores a se aposentar e contra a retirada de direitos trabalhistas. O amplo apoio por parte da sociedade deixou claro que o caráter radicalmente regressivo das propostas do governo para as reformas trabalhista e da previdência conta com a rejeição da grande maioria da população.

Ao longo do último ano, o campo democrático popular vinha sofrendo sucessivas derrotas políticas. Após retirar do poder a Presidenta legitimamente eleita Dilma Rousseff, o governo golpista, com amplo apoio parlamentar e midiático, aprovou diversos retrocessos como a reforma do ensino médio, o fim da exclusividade da Petrobras na exploração do Pré-Sal e a o congelamento dos gastos sociais no país pelos próximos 20 anos. A energia acumulada nos protestos do mês de março deve ser revertida em novo ânimo militante para seguir se mobilizando para derrotar em caráter definitivo as reformas da previdência e trabalhista.

Ao contrário do que aconteceu com as outras medidas aprovadas pelo governo golpista, os riscos representados pela reforma da previdência foram rapidamente compreendidos e assimilados pela população que não está disposta a abrir mão do seu direito de se aposentar. Ampliar o debate público em torno da reforma da previdência, evidenciando suas consequências é estratégico. Além de reforçar a articulação contra a proposta, essa é uma grande oportunidade para estabelecer um diálogo com segmentos da classe trabalhadora e da classe média que se encontram afastados das mobilizações contra o governo Temer, mas que sentirão na pele os danos da reforma se ela for aprovada.

As manifestações do dia 15 de março ocorreram por todo o país, em todas as grandes capitais e reuniram centenas e milhares de pessoas. Em São Paulo, aonde mais de 100 mil pessoas se reuniram na Avenida Paulista, o ápice do ato foi o discurso do ex-Presidente Lula, que teceu duras críticas às propostas e ao

governo ilegítimo de Michel Temer e seu ministro da Fazenda Henrique Meirelles. Lula ressaltou que a saída da crise não será construída por meio de cortes de direitos, mas apenas através da retomada do crescimento econômico e do desenvolvimento. Lula conclamou à luta por um governo democraticamente eleito e com um programa de reformas a favor do povo.

O ato também marca o acerto da opção da CUT em não aceitar negociar retirada de direitos. Enquanto outras centrais, apostando na derrota certa no parlamento, apostavam na possibilidade de se negociar melhorias pontuais na proposta, a CUT se manteve firme e não aceitou abrir diálogo com o governo golpista. A ampla adesão dos trabalhadoras e trabalhadores organizados e não organizados mostra que a única opção alinhada com os interesses da classe é a do enfrentamento a esse retrocesso através da mobilização e da pressão popular.

Essa vitória, no entanto, não deve nos iludir. Ainda há um longo caminho a ser percorrido até conseguir derrotar definitivamente a reforma da previdência. É hora de partir para a ofensiva, ampliando o apoio ao movimento e conscientizando a população da gravidade da ameaça representada por essa reforma. Os sindicatos devem construir comitês contra as reformas em todos os Municípios do país, pressionando os deputados em suas bases eleitorais. As mobilizações devem ser reforçadas e novos atos de rua construídos, na perspectiva de se construir a greve geral para derrotar as reformas e o governo golpista. À luta companheiros, por nenhum direito a menos!

**Milton Rezende é Secretário Nacional Adjunto de Meio Ambiente da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Este artigo foi publicado originalmente no [site da CUT](#)*